

A RBHE E OS PRINCÍPIOS DA CIÊNCIA ABERTA

Carlos Eduardo Vieira¹, Eduardo Lautaro Galak², Olívia Morais de Medeiros Neta³, Raquel Discini de Campos⁴, Wagner Rodrigues Valente⁵

¹Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil. ²Universidad Nacional de La Plata, Buenos Aires, Argentina. ³Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil. ⁴Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, Brasil. ⁵Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, SP, Brasil. *Autor correspondente. E-mail: cevieirag@gmail.com.

A experiência de gestão de um periódico científico envolve continuidades e mudanças. Vamos iniciar este editorial pela análise de ações que modificaram as rotinas da RBHE ao longo do ano de 2025. A primeira está relacionada a uma revisão das normas do periódico que atinge leitores, autores e consultores. Trata-se da implementação dos princípios da ciência aberta, que visa a “uma transformação [...] do tradicional *modus operandi* de fomentar, projetar, realizar e, particularmente, comunicar pesquisa. O objetivo é privilegiar a natureza colaborativa da pesquisa e democratizar o acesso e uso do conhecimento científico” (Packer & Santos, 2019).

A adoção do *modus operandi* da ciência aberta implica em ressignificar o processo de construção e circulação do conhecimento, considerando: acesso aberto aos artigos, incluindo seus dados (fontes) e métodos; códigos abertos de publicação; transparência no processo de avaliação por pares; potencialização dos recursos educacionais propiciados pelas publicações; e disseminação do conhecimento pelas redes sociais e científicas. Em outros termos, representa “o amplo acesso às fontes de conhecimento envolvidas e produzidas pelas pesquisas, [que] tem o intuito de maximizar a razão de ser da ciência enquanto empreendimento cooperativo cultural e social” (Packer & Santos, 2019).

A ciência aberta transcende o acesso aos artigos publicados, pois a sua prática “implica que o processo de pesquisa seja ele próprio aberto, usando métodos, ferramentas e workflows que facilitem a partilha, reutilização e colaboração. Por isso, a ciência aberta é um conceito abrangente que se baseia em diversos pilares e inclui múltiplas dimensões” (Fiocruz, 2019).

Figura 1. Guarda-chuva ilustrativo do conceito de Ciência Aberta.



Nota. Fonte: adaptado de Fiocruz (2019).

É possível afirmarmos que o movimento de ampliação e de aplicação da ciência aberta compõe e corrobora as grandes questões que afetam o desenvolvimento da humanidade, dentre as quais destacamos: a oferta de educação de qualidade; a redução das desigualdades sociais; a proteção do meio ambiente; e a democracia política. A ciência aberta é uma política global que depende do fortalecimento do multilateralismo, representado pelas diversas agências nacionais e internacionais que congregam esforços no sentido de combater a ação de agentes privados e públicos que apostam na desacreditação da ciência, fazendo retroceder patamares civilizatórios que, a duras penas, havíamos conquistado.

Os objetivos acima expostos não são estranhos e nem mesmo novidades nas condutas da RBHE, pois o periódico vem se pautando pelo compromisso político e social de ampla divulgação do conhecimento histórico e educacional. A adesão do periódico, desde o início da publicação em 2000, ao modelo *open access* é uma evidência desse engajamento nos processos que visam à democratização do conhecimento. Contudo – seguindo um movimento liderado pela SciELO, principal base de indexação da RBHE – avançamos ainda mais nessa direção. Soma-se ao acesso aberto aos artigos a disponibilização dos dados (fontes) e métodos utilizados pelas pesquisadoras e pelos pesquisadores, que buscam a RBHE para publicizar os resultados das suas investigações.

Outros dois aspectos fundamentais dessa mudança estrutural na comunicação científica está, por um lado, na velocidade de publicação dos

artigos, a partir da adoção da modalidade *preprint* e do sistema de publicação contínua. E, por outro, na transparência e abertura progressiva da avaliação dos manuscritos que, doravante, poderão seguir os tramites tradicionais da modalidade duplo-cego para a revisão por pares ou contar com a abertura das identidades, tanto dos autores como dos consultores. Esse expediente depende da autorização explícita de autores e consultores no momento da submissão dos manuscritos e da aceitação da avaliação, respectivamente.

Essa opção tem o potencial de tornar o periódico um espaço de produção colaborativa de conhecimento, ultrapassando a função exclusivamente de arbitragem do que é aceito ou não para a publicação. O leitor também terá vantagens quando essa modalidade de identidades abertas for aplicada na avaliação, uma vez que, juntamente com o artigo na sua versão final, ele terá acesso aos pareceres e aos movimentos da autoria em relação a acatar ou a recusar as observações dos consultores e editores.

Na senda dessas medidas, a RBHE adotou o princípio *IDEIA* – Impacto, Diversidade, Equidade, Inclusão e Acessibilidade, comprometendo-se a: manter, monitorar e publicar indicadores de diversidade de gênero, etnia, região geográfica e estágio de carreira de autores, pareceristas e equipe editorial; formar conselhos editoriais com representação plural e equilibrada, revendo sua composição a cada biênio; e aplicar avaliações que respeitem identidades diversas e combater vieses de revisão. Quanto ao modelo de financiamento e de sustentabilidade, a RBHE refirma seus compromissos fundacionais de leitura e de submissão de manuscritos gratuitas para autores e leitores. A sustentabilidade financeira segue contando com o financiamento da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), que, a partir das anualidades dos seus sócios, provê os recursos necessário para manutenção da revista. Nesse sentido, visando desonerar a SBHE, a equipe editorial tem submetido, com sucesso, proposições de financiamento público da revista para as agências CAPES e CNPq.

Todas essas ações buscando a transparência, a equidade e a democratização do acesso ao conhecimento exigem, em concomitância, uma estratégia de divulgação científica. Essas condutas têm sido uma demanda constante das agências de financiamento da pesquisa, reconfigurando as atividades acadêmicas fins. Tradicionalmente nos acostumamos a projetar como funções dos pesquisadores a investigação sistemática e rigorosa da realidade e a publicização do conhecimento em suportes físicos ou digitais, dentre os quais as revistas acadêmicas. Contudo a ciência e os cientistas não podem mais aceitar o distanciamento entre o conhecimento produzido e a sociedade. É necessária uma política de educação científica que atinja o leitor leigo, especialmente a juventude, para que este público passe a se apropriar da ciência, seja para o seu desenvolvimento intelectual, seja para conhecer e, quiçá, se engajar em uma carreira científica.

A adaptação a essas novas demandas envolve a familiarização com ferramentas, linguagens e estratégias de promoção da ciência. Esse processo não é simples, porém ele contém, para além de uma nova demanda acadêmica, uma questão política crucial nesses tempos de terraplanismos, que atingem todas as áreas do conhecimento. Da negação das vacinas à negação das mudanças climáticas, assistimos a um consumo vertiginoso de informações falsas, propagadas, na grande maioria dos casos, pelos interesses de grupos que se valorizam politicamente com a disseminação da mentira. As universidades – instituições seculares que se constituíram historicamente como espaços, por excelência, para a produção do conhecimento – vêm sendo atacadas nessa batalha ideológica, que busca criar uma desconfiança social em relação às instituições de ensino superior.

O campo da história tem sido um dos palcos dessas disputas, uma vez que versões revisionistas de inúmeros momentos da história nacional ou mundial têm circulado e levado a interpretações as mais nefastas, dentre as quais destacamos: a amenização da crueza e dos efeitos da escravidão no Brasil; a justificação do golpe militar de 1964; ou o apagamento de genocídios impetrados em diversas partes do mundo no passado remoto ou recente. O próprio professor de história tem sido estigmatizado como um doutrinador esquerdista, que corrompe e desvia a juventude da verdade. Assim como a história, a educação também é alvo desse movimento de desacreditação, tal como evidencia a propaganda sistemática de desqualificação do legado de Paulo Freire para a educação no Brasil e no mundo.

Sendo assim, é imperioso para a efetivação dos princípios da ciência aberta a implementação de novos canais de comunicação com a sociedade, contando com o engajamento de todos aqueles que se alinham ao lado do conhecimento, produzido a partir de pesquisa e arbitrado por pares em discussões públicas. Logo, esse esforço de construir novos e modernos meios de interlocução representa um movimento em favor da ciência e das universidades e contra a mentira e a manipulação da sociedade.

Apoiados nessas premissas, iniciamos, em março de 2025, um programa bimensal intitulado *É Hora da RBHE*. Transmitido online pela plataforma *Google Meet*, a atividade promove encontros entre editores e autores convidados para debater artigos recentemente publicados pelo periódico. Essa atividade pretende promover e divulgar o conhecimento veiculado pela revista para um público de especialistas e de leigos interessados em história e em história da educação. De março a dezembro, totalizamos cinco programas, sempre com a presença dos autores apresentando os seus artigos, com a mediação de editores da RBHE e com a possibilidade de interação entre os pesquisadores e o público. Os programas bimestrais acontecem na terça-feira, às 20 horas, com a duração exata de 60 minutos. As impressões iniciais são muito alvissareiras, já que o programa foi encampado pelo público, que tem comparecido e participado ativamente. Para além do evento, os programas repercutem nas redes sociais da RBHE e da SBHE

e permanecem disponíveis no canal próprio do periódico no *Youtube* (<https://www.youtube.com/@rbhe-sbhe/>). É marcante, entre os responsáveis pela gestão da RBHE, o entusiasmo na preparação de cada programa, uma vez que inovamos e fomos bem-sucedidos nesse empreendimento de enorme potencial científico e educacional.

Figura 2. Imagem da primeira chamada do programa *É Hora da RBHE*.



Acima podemos ver a primeira chamada do programa, tendo na sua arte visual a imagem do relógio do século XVII, destruído pelos ataques dos golpistas ao Palácio do Planalto, no fatídico 8 de janeiro de 2023. Restaurada a peça de arte do patrimônio público, ela se tornou um símbolo da resiliência da democracia e das suas instituições no Brasil. Por essa razão, adotamos o antigo relógio para

simbolizarmos a demarcação do tempo, que remete para o nome do programa, para a temporalidade própria da história e, também, para a defesa da democracia.

No âmbito dessas ações de divulgação científica, merece destaque a continuidade da produção de *press releases* e *pitches* para o Blog SciELO, elaborados pelos próprios autores dos artigos em parceria com a equipe da RBHE. O intuito é o de ampliar a visibilidade dos artigos publicados e de aproximar os seus resultados de públicos variados. Essa prática, alinhada às diretrizes de ciência aberta, integra a revista a circuitos contemporâneos de comunicação científica e fortalece a função pública do periódico ao traduzir, contextualizar e difundir pesquisas de elevada relevância social e histórica.

Apresentadas as mudanças operacionalizadas ao longo de 2025, vamos tecer algumas considerações sobre as rotinas. O volume 25 publicou 46 artigos, duas resenhas e duas entrevistas. Dentre os artigos, tivemos dois dossiês temáticos. O primeiro teve como tema: *A pesquisa histórica sobre a educação no período da ditadura cívico-militar*, organizado pelos pesquisadores Eduardo Lautaro Galak, Elizabeth Figueiredo Sá e Rosa Fátima de Souza Chaloba. Neste conjunto foram publicados 8 artigos, e, para os organizadores, o dossiê cumpriu uma função importante, uma vez que a “educação foi um dos setores mais impactados pelo regime autoritário instituído em 1964 no Brasil, não somente pela violência, repressão e truculência direcionada a estudantes e professores mas, também, pelos usos que os governos militares fizeram das instituições educacionais e da cultura escolar como instrumento de controle e doutrinação ideológica” (Galak, Sá, & Chaloba, 2025, p. 1).

O editorial da RBHE do ano de 2024, no ano das efemérides do golpe de 1964, também tratou do problema da ditadura, revelando a disposição da RBHE em problematizar esse triste episódio da recente história política do país. Naquele momento destacamos aspectos que se associam ao que estamos sustentando nesse momento em relação à importância da divulgação científica. Argumentávamos que os “21 anos de ditadura deixaram marcas profundas na sociedade brasileira, de maneira que a memória e a história desse período seguem atuantes, inclusive, em tempos recentes, gerando interpretações revisionistas que, com menor ou nenhum rigor historiográfico, visam enaltecer a experiência do autoritarismo, dos regimes de exceção, da tortura, do exílio e morte dos adversários do regime” (Vieira *et al.*, 2024, p. 3).

O segundo dossiê versou sobre a *Fotografia como fonte de pesquisa para a História da Educação* e foi organizado pelas pesquisadoras Maria Ciavatta, Maria Augusta Martiarena e Olivia Morais de Medeiros Neta. Este dossiê reúne 7 artigos, uma entrevista e problematiza, de forma articulada, três questões:

- (i) a fotografia, essa invenção maravilhosa que atravessa o tempo desde o século XIX e nos enche os olhos, os celulares, os computadores, os meios televisivos e cinematográficos no século XXI; (ii) sua utilização como fonte de pesquisa, documento que responde a nossas questões *pari passu* com os

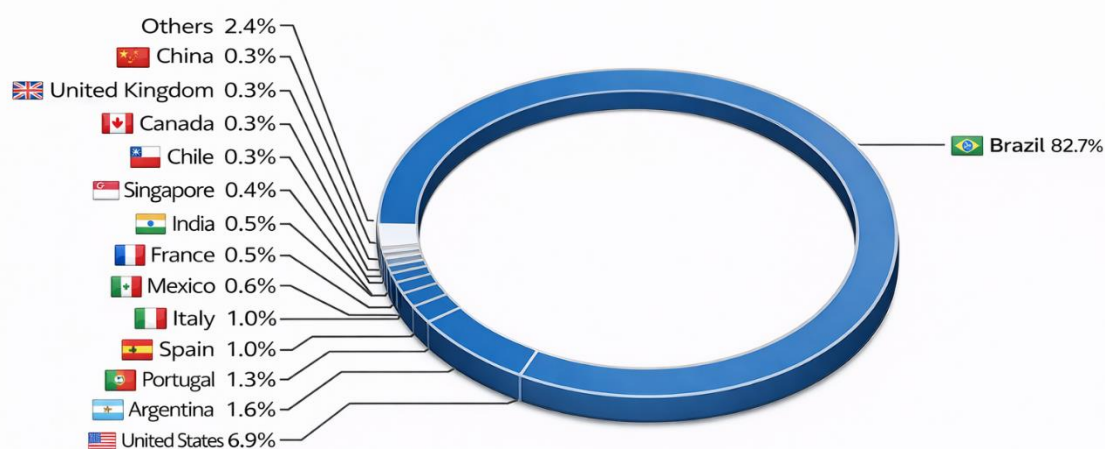
tradicionais documentos escritos e orais; (iii) e a História da Educação, que acompanha a humanidade de geração em geração, moldando a convivência, a cultura, os costumes, os amores, a aceitação, as desavenças e os preconceitos (Ciavatta, Martiarena, & Medeiros Neta, 2025, p. 2).

Neste conjunto de artigos, tratamos de um tema permanente da pesquisa histórica, ou seja, a reflexão em torno de fontes e, nesse caso, de um tipo de documento que exige procedimentos complexos de interpretação.

Entre as métricas da RBHE, gostaríamos de analisar alguns números que dizem muito sobre o funcionamento recente do periódico. Em primeiro lugar, destacamos o intervalo médio de 158 dias entre a submissão dos manuscritos na plataforma OJS e a decisão final do processo de avaliação, ou seja, cerca de 5,2 meses. 227 dias é o intervalo médio entre a submissão e a publicação dos artigos aceitos, ou seja, cerca de 7,6 meses. Acreditamos que esses números, quando comparados como os periódicos da grande área das Ciências Humanas, são muito animadores, uma vez que respondem positivamente a uma reclamação generalizada dos autores, relativa à demora nos processos de avaliação e de publicação dos artigos. A velocidade dos processos não implica em menor rigor na arbitragem dos manuscritos e atende a essa justa demanda de autores e leitores.

Outro dado importante de ser destacado é que até 2024 a RBHE publicava cerca de 25% dos seus artigos em versão bilíngue (português e inglês). No ano de 2025, passamos para 78% de artigos publicados em versão bilíngue. Acreditamos, inclusive, que em 2026 teremos números ainda melhores, pois estamos investindo fortemente na internacionalização do periódico. Esse processo é uma via longa e demandará um trabalho diuturno para obtermos retorno desse investimento, contudo os indicadores de acesso ao periódico revelam dados promissores, como podemos ver no gráfico abaixo.

Figura 3. Indicadores de origem de acesso conforme Flag Counter instalado no OJS/RBHE (jul/2022-out/2025).



Nota. Fonte: Flag Counter (2025).

Notem que, em boa parte do período circunscrito pela métrica (julho/22 a out/25), mantínhamos um perfil de publicação bilíngue moderado, com cerca de 25% dos artigos. Somente entre janeiro e outubro de 2025 é que ampliamos substantivamente as traduções, de modo que é plausível acreditar que a tendência de penetração da RBHE no exterior seja ampliada nos próximos anos.

Por fim, as ações relatadas neste editorial evidenciam que a adoção da ciência aberta não se limita à incorporação de novos procedimentos, mas implica em uma reconfiguração dos processos de produção do conhecimento e de comunicação científica no campo da história da educação. A RBHE seguirá empenhada em consolidar essa agenda, fortalecendo a transparência, a internacionalização e o caráter público da educação e da história. Sendo assim, convidamos a comunidade a participar ativamente desse processo, submetendo manuscritos, acompanhando nossas iniciativas e contribuindo para a difusão qualificada do conhecimento produzido.

REFERÊNCIAS

- Ciavatta, M., Martiarena, M. A., & Medeiros Neta, O. M. de. (2025). *Fotografia como fonte de pesquisa para a História da Educação*. *Revista Brasileira de História da Educação*, 25(1), e388. <https://doi.org/10.4025/rbhe.v25.2025.e388>
- Flag Counter. (n.d.). *RBHE visitor statistics*. Recuperado em 1º de novembro de 2025, de <https://s01.flagcounter.com/more/4Poi/>
- Fundação Oswaldo Cruz. (2019). *O que é ciência aberta?* <https://mooc.campusvirtual.fiocruz.br/rea/ciencia-aberta/serie1/curso1/aula1.html>
- Galak, E. L., Sá, E. F., & Chaloba, R. F. de S. (2025). *A pesquisa histórica sobre a educação no período da ditadura cívico-militar*. *Revista Brasileira de História da Educação*, 25(1), e367. <https://doi.org/10.4025/rbhe.v25.2025.e367>
- Packer, A. L., & Santos, S. (2019, August 1). *Ciência aberta e o novo modus operandi de comunicar pesquisa – Parte I*. *SciELO em Perspectiva*. <https://blog.scielo.org/blog/2019/08/01/ciencia-aberta-e-o-novo-modus-operandi-de-comunicar-pesquisa-parte-i/>
- Vieira, C. E., Galak, E. L., Gondra, J. G., Medeiros Neta, O. M. de, & Campos, R. D. de. (2024). *História da educação e a história política*. *Revista Brasileira de História da Educação*, 24(1), e245. <https://doi.org/10.4025/rbhe.v24.2024.e245>

CARLOS EDUARDO VIEIRA é Professor Titular de História da Educação na UFPR, atuando no PPGE, Linha de Pesquisa História e Historiografia da Educação. Pesquisador Produtividade do CNPq (1C). Doutor em História e Filosofia da Educação (PUC-SP-1998). Atuou como Professor Visitante na Universidad Nacional de Quilmes (Arg.-2022); Stanford University (USA-2015); University of London, Institute of Education (UK - 2009); University of Cambridge, Faculty of History (UK - 2008). Foi Presidente da Sociedade Brasileira de História da Educação - SBHE (2015-2019). Coordenador do Grupo de Pesquisa História Intelectual e Educação (GPHIE). Editor-chefe da RBHE.

E-mail: cevieira9@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-6168-271X>

EDUARDO LAUTARO GALAK é Doutor em Ciências Sociais (2012) pela Universidad Nacional de La Plata. Pós-Doutor pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, Brasil. Atualmente é pesquisador no Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET, Argentina) como Investigador Adjunto, vinculado institucionalmente com o Instituto de Investigaciones en Humanidades y Ciencias Sociales (IdIHCS, UNLP/CONICET). Editor associado da RBHE.

E-mail: eduardo.galak@unipe.edu.ar

<https://orcid.org/0000-0002-0684-121X>

OLÍVIA MORAIS DE MEDEIROS NETA possui doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). É professora do Centro de Educação da UFRN e atua como professora-orientadora no Programa de Pós-Graduação em Educação (UFRN) e no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). É defensora da escola pública e sócia da ANPUH, da SBHE e da ANPED. Editora associada da RBHE.

E-mail: olivianeta@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-4217-2914>

Publicado em: 01.01.2026

RAQUEL DISCINI DE CAMPOS é historiadora, professora Associada da Universidade Federal de Uberlândia, onde atua nos cursos de graduação em Pedagogia e Comunicação Social. Professora permanente dos Programas de Pós-Graduação em Educação e Tecnologias, Comunicação e Educação, filia-se à Linha de Pesquisa História e Historiografia da Educação (PPGED) e Tecnologias e Interfaces da Comunicação (PPGCE). Editora associada da RBHE.

E-mail: raqueldiscini@uol.com.br

<https://orcid.org/0000-0001-5031-3054>

WAGNER RODRIGUES VALENTE é Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo/INRP-Paris. Professor Associado Livre Docente do Departamento de Educação da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), São Paulo, Brasil. Líder do Grupo de Pesquisa em História da Educação Matemática de São Paulo (GHEMAT-SP). Presidente do GHEMAT-BRASIL. Editor associado da RBHE.

E-mail: wagner.valente@unifesp.br

<https://orcid.org/0000-0002-2477-6677>

FINANCIAMENTO:

A RBHE conta com apoio da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) e do Programa Editorial (Chamada Nº 12/2022) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

COMO CITAR ESTE EDITORIAL:

Vieira, C. E. et al. (2025). A RBHE e os princípios da Ciência Aberta. *Revista Brasileira de História da Educação*, 25. DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v25.2025.e397>

DISPONIBILIDADE DE DADOS:

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio editorial.

LICENCIAMENTO:

Este editorial é publicado na modalidade Acesso Aberto sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 (CC-BY 4).